

## **Balancos Patrimoniais de 2020, 2021, 2022 e 2023 do Estado de Minas Gerais: Análises de inconsistências com base na teoria da divulgação**

**Balance Sheets of 2020, 2021, 2022 and 2023 of the State of Minas Gerais: Analysis of inconsistencies based on the disclosure theory**

**Balances de 2020, 2021, 2022 y 2023 del Estado de Minas Gerais: Análisis de inconsistencias con base en la teoría de la divulgación**

Recebido: 09/03/2025 | Revisado: 16/03/2025 | Aceitado: 16/03/2025 | Publicado: 19/03/2025

**Ismara Galdino da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6175-0990>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: ismaragsilva@gmail.com

**Isleide do Nascimento Campos**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9238-5165>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: isleidecampos10@gmail.com

**Maurício Corrêa da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2036-5237>  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: prof.mauriciocsilva@gmail.com

### **Resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar se existem inconsistências contábeis nos Balancos Patrimoniais do estado de Minas Gerais (MG) referentes aos exercícios financeiros de 2020, 2021, 2022 e 2023, com base na Teoria da Divulgação. Para a realização da pesquisa, os dados foram coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), no site Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e no Portal de Transparência de Minas Gerais. Os resultados apontaram as seguintes inconsistências contábeis nos Balancos Patrimoniais: inconsistências entre valores do Passivo Real e Passivo Exigível mais Restos a pagar não processados (RPNP), com a ocultação da informação de RPNP; divergência no SICONFI entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real, com a exclusão dos RPNP do passivo circulante; valores inconsistentes das dívidas, o que provoca divergências na apuração dos saldos contábeis. Houve também divergências de valores de itens que compõem o Balanço Patrimonial divulgados nos sítios eletrônicos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e Portal de Transparência de Minas Gerais. Conclui-se, portanto, que os valores registrados nos Balancos Patrimoniais dos exercícios financeiros de 2020, 2021, 2022 e 2023 não representam a situação patrimonial do estado de Minas Gerais - MG. Outrossim, o problema de pesquisa foi solucionado, pois foram evidenciadas inconsistências contábeis.

**Palavras-chave:** Balanço Patrimonial; Inconsistências Contábeis; Restos a Pagar Não Processados; Teoria da Divulgação.

### **Abstract**

This study aims to analyze whether there are accounting inconsistencies in the Balance Sheets of the state of Minas Gerais (MG) for the financial years 2020, 2021, 2022 and 2023, based on the Disclosure Theory. To conduct the research, data were collected from the Brazilian Public Sector Accounting and Tax Information System (SICONFI), the Public Debt Analysis System, Credit Operations, and Guarantees of the Union, States, and Municipalities (SADIPEM), the Integrated View of the Debts of the Union, States, Federal District, and Municipalities website, and the Minas Gerais Transparency Portal. The results indicated the following accounting inconsistencies in the Balance Sheets: inconsistencies between the values of Real Liabilities and Payable Liabilities plus Unprocessed Remaining Payables (RPNP), with the concealment of the RPNP information; discrepancy in SICONFI between the amounts of Current Liabilities and Actual Liabilities, with the exclusion of RPNP from current liabilities; inconsistent debt amounts, which causes discrepancies in the calculation of accounting balances. There were also discrepancies in the values of items that make up the Balance Sheet disclosed on the websites of the Brazilian Public Sector Accounting and Tax Information System (SICONFI) and the Minas Gerais Transparency Portal. It is therefore concluded that the values recorded in the Balance Sheets for the financial years 2020, 2021, 2022 and 2023 do not represent the financial situation of the state of Minas Gerais - MG. Furthermore, the research problem was solved, as accounting inconsistencies were highlighted.

**Keywords:** Balance Sheet; Accounting Inconsistencies; Unprocessed Accounts Payable; Disclosure Theory.

## Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar si existen inconsistencias contables en los Balances Generales del estado de Minas Gerais (MG) de los ejercicios financieros 2020, 2021, 2022 y 2023, con base en la Teoría de la Divulgación. Para realizar la investigación se recolectaron datos del Sistema de Información Contable y Tributaria del Sector Público Brasileño (SICONFI), del Sistema de Análisis de la Deuda Pública, Operaciones de Crédito y Garantías de la Unión, Estados y Municipios (SADIPEM), del sitio web Visión Integrada de las Deudas de la Unión, Estados, Distrito Federal y Municipios y del Portal de Transparencia de Minas Gerais. Los resultados apuntaron las siguientes inconsistencias contables en los Balances: inconsistencias entre los valores de los Pasivos Reales y Pasivos por Pagar más los Pagos Pendientes No Procesados (RPNP), con ocultamiento de informaciones de los RPNP; divergencia en SICONFI entre los valores de los Pasivos por Pagar y los Pasivos Reales, con exclusión del RPNP del pasivo corriente; valores de deuda inconsistentes, lo que ocasiona discrepancias en el cálculo de los saldos contables. También hubo discrepancias en los valores de los ítems que componen el Balance General publicado en los sitios web del Sistema de Información Contable y Tributaria del Sector Público Brasileño (SICONFI) y del Portal de Transparencia de Minas Gerais. Se concluye, por tanto, que los valores registrados en los Balances de los ejercicios 2020, 2021, 2022 y 2023 no representan la situación financiera del estado de Minas Gerais - MG. Además, se resolvió el problema de investigación, ya que se destacaron inconsistencias contables.

**Palabras clave:** Balance General; Inconsistencias Contables; Pagos no Procesados; Teoría de la Divulgación.

## 1. Introdução

A transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para assegurar uma administração pública pautada pela ética, responsabilidade e eficiência. De acordo com Souza, Campos e Carrero (2024), a confiança da população nas instituições governamentais tem sido questionada com frequência, o que por sua vez, resulta na necessidade de práticas contábeis bem estruturadas para fortalecer a credibilidade e a transparência da administração pública.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vêm passando por transformações e é um dos objetivos dessas transformações é a promoção de maior transparência na aplicação do dinheiro público. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editaram Portarias (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e em conjunto com a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento e a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF) e Resoluções (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP), respectivamente, para proporcionar transparência nas práticas contábeis da administração pública (Cabello, Bilancieri & Azevedo, 2019).

No caso do Balanço Patrimonial Público, a STN editou as Instruções de Procedimentos Contábeis nº 04 (IPC 04), em janeiro de 2020, tratando da Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial (Brasil, 2020). O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964). O referido quadro é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 - Crédito Empenhado a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (Brasil, 2024a).

Contudo, apesar das instituições públicas seguirem as instruções metodológicas para a elaboração do Balanço Patrimonial com os grupos de Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes e o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros Permanentes, existem na literatura pesquisas que apontam inconsistências contábeis (Silva, 2023; Silva & Oliveira, 2023; Silva *et. al.*, 2025). Para Silva (2023), entende-se por inconsistência contábil a condição relacionada à gestão incorreta de informações contábeis rotineiras. Os autores Silva e Oliveira (2024) acrescentam os casos de divergências de informações contábeis divulgadas no mesmo demonstrativo em sites diferentes, e, ainda as distorções contábeis apresentadas nos Pareceres Prévios dos Tribunais de Contas.

Silva (2023) analisou o balanço patrimonial da cidade de São Paulo (2021-2022) com suporte da teoria da divulgação. Constatou-se que existem inconsistências contábeis na identificação do indicador do superávit financeiro e na verificação das

dívidas flutuantes, consolidadas e não integrantes com as registradas no Passivo, além de diversas divergências nos valores reportados, com a conclusão que, segundo a Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), a entidade oculta suas obrigações.

Silva e Oliveira (2023) analisaram o Balanço Patrimonial do Governo Federal, dos anos de 2022 e 2021, com o suporte da Teoria da Divulgação e encontram várias inconsistências contábeis: não foram registradas todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária (precatórios); o Ativo e o Passivo dos anos de 2022 e 2021 não representam a situação financeira e patrimonial, haja vista que foram encontradas divergências de valores entre os demonstrativos e também com o divulgado no SICONFI; o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do ano de 2021 divulgado no SICONFI está com valores distorcidos.

Silva *et al.* (2025) analisaram o Balanço Patrimonial (2021/2022/2023) da cidade de Natal – RN com suporte da Teoria da Divulgação. Os autores constataram várias inconsistências como divergência entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real, além da falta de evidenciação dos Restos a Pagar Não Processados. Houve também divergências de valores de itens que compõem o Balanço Patrimonial divulgados nos sítios eletrônicos, com a conclusão de que, segundo a Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*), os valores registrados nos Balanços Patrimoniais dos anos de 2021, 2022 e 2023 não representam a situação patrimonial da cidade de Natal – RN.

Diante do exposto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Existem inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais do estado de Minas Gerais - MG, nos exercícios financeiros de 2020 a 2023?** Este estudo tem o objetivo de analisar se existem inconsistências contábeis no Balanço Patrimonial do Estado de Minas Gerais - MG, nos exercícios financeiros de 2020, 2021, 2022 e 2023, com base na Teoria da Divulgação.

A escolha do estado de Minas Gerais como objeto de estudo, justifica-se por ser o segundo estado mais populoso do Brasil, com cerca de 20,5 milhões de habitantes, segundo o Censo 2022 do IBGE (2022), e por sua relevância econômica no cenário nacional. Além disso, segundo a Transparência Internacional do Brasil (2022), o estado é reconhecido por ser o segundo melhor em Governança Pública do Brasil, registrado pelo Índice de Transparência e Governança Pública – ITGP.

Justifica-se o estudo pelas perspectivas em que os resultados possam reduzir assimetria informacional e auxiliar na identificação de falhas que comprometam a boa governança e o uso adequado dos recursos públicos. Além disso, ao aplicar a Teoria da Divulgação, o estudo proporciona uma abordagem teórica, promovendo um entendimento acerca dos impactos da transparência contábil.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Teoria da Divulgação Aplicada ao Setor Público

Os precursores da Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*) Robert E. Verrecchia e Ronald A. Dye utilizaram a pesquisa contábil positiva. A teoria positiva da contabilidade apresenta hipóteses que orientam estudos destinados a explicar e prever práticas contábeis adotadas nas organizações do setor privado sob a perspectiva oportunística e da eficiência. No Brasil, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Brasil, 1976) determina o que as sociedades anônimas devem divulgar (Silva, Oliveira & Celestino, 2023).

Cruz e Lima (2010) destacam que o *disclosure* exerce influência no comportamento dos usuários ao impactar a percepção dos agentes econômicos sobre o risco associado à empresa, afetando, assim, a alocação de recursos e a definição dos preços dos títulos. De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), Verrecchia no ensaio teórico de 2001, inicia o estudo com argumentos que não há uma Teoria da Divulgação abrangente ou unificada, ou pelo menos, nenhuma sobre a qual se sinta confortável para identificá-la. Não há nenhum paradigma central, nem uma única noção convincente que dá origem a todas as pesquisas subsequentes e nenhuma “teoria” bem integrada.

Verrecchia (1983) mostra que devido à existência de custos de propriedade associados à divulgação de informações, os comerciantes são incapazes de interpretar a não divulgação como inequivocamente “más notícias”. Para Verrecchia (1990), quando um gestor retém informação de maior qualidade, o mercado desconta o valor do ativo mais do que faria de outra forma. Isso força o nível do limite para baixo.

Silva, Oliveira e Celestino (2023) destacam que a Teoria da Divulgação, quando aplicada ao setor público, se encaixa na terceira categoria, que sugere que a divulgação deve buscar eficiência para reduzir a assimetria informacional e interpretar o silêncio, ou seja, identificar que os demonstrativos contábeis e fiscais não refletem corretamente o que se propõem a apresentar. A divulgação dessas informações no setor público brasileiro é exigida por lei, mas também deve ser voluntária. As informações precisam ser fornecidas de forma eficiente, com o objetivo de diminuir a assimetria informacional, e a sociedade, como principal, tem o direito de acessar dados relacionados à gestão pública. Além disso, os autores ressaltam que a Teoria da Divulgação ajuda a entender como interpretar a falta de informações ou a divulgação parcial, permitindo inferir que, quando há omissão, pode haver algo inadequado ou distorcido, prejudicando a representação fiel da realidade.

## **2.2 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)**

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP incluem as demonstrações estabelecidas pela Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964) e aquelas exigidas pela NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, bem como as previstas pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000). Estas são as demonstrações contábeis públicas: a) Balanço Orçamentário, b) Balanço Financeiro, c) Balanço Patrimonial, d) Demonstração das Variações Patrimoniais, e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL (Brasil, 2024a).

A estrutura essencial dos Demonstrativos Contábeis Públicos (DCASP) encontra-se previsto no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª Edição, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no ano de 2024. Além deste Manual, deve-se observar também, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 14ª Edição, divulgado em 2023 (Brasil, 2023), haja vista que estende alguns modelos dos demonstrativos contábeis públicos como no caso do Balanço Orçamentário, ao incluir mais colunas de evidenciação.

## **2.3 Balanço Patrimonial**

Silva (2023) destaca que o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Esse balanço é composto por contas que representam o patrimônio público, além de incluir registros de atos potenciais em contas de compensação, que possuem natureza informativa de controle.

Conforme Silva e Oliveira (2024), os principais indicadores passíveis de análise no Balanço Patrimonial incluem o Superávit Financeiro, a Liquidez Corrente (relacionada à capacidade de pagamento), o Índice de Liquidez com Passivos Financeiros e os Indicadores de Execução Patrimonial. Já no Balanço Orçamentário, destacam-se as análises de previsão e execução, superávit corrente em termos de planejamento e execução, a eficácia na execução orçamentária, a apuração de despesas com restos a pagar, além de indicadores de execução orçamentária e financeira e o índice de modificações orçamentárias.

Para Silva et al. (2025), uma das ênfases das inconsistências contábeis reportadas em diversas pesquisas refere-se a dificuldade de conferir se as contas contábeis publicadas no Balanço Patrimonial possuem os atributos de superávit financeiro (F = Financeiro e P = Permanente). Os atributos de superávit, se evidenciados nas contas contábeis do Balanço Patrimonial, permitiriam conferir o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes. Este Quadro é elaborado para atender a Lei nº 4.320 (Brasil, 1964), haja vista que o Balanço Patrimonial da nova contabilidade pública foi estruturado em grupos de contas ativas e passivas circulante e não circulante, de forma similar com o mesmo demonstrativo elaborado pelo setor privado.

Os autores Silva et al. (2025) sugerem que o modelo adequado para o Balanço Patrimonial da nova contabilidade pública, incluindo o quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes e dívidas públicas, deve ser estruturado de modo que as contas contábeis possuam os atributos de superávit financeiro (F = Financeiro e P = Permanente). Que a instituição pública ao elaborar o demonstrativo, defina se o atributo é financeiro ou permanente, quando a mesma conta contábil apresentar as duas situações. O Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes deve ser elaborado com o elenco de contas contábeis do Ativo Financeiro e Permanente e do Passivo Financeiro e Permanente. Atualmente é utilizado apenas saldos dos grupos. O Passivo (Exigível, Real) deve representar todo o endividamento da entidade pública, ou seja, deve constar as dívidas fluante, consolidada e outras dívidas (Passivo Atuarial; Restos a Pagar Não processados de forma extracontábil; Apropriação de Depósitos Judiciais – LC 151/2015; Dívida Contratual de PPP; Precatórios Posteriores a 05.05.2000, não incluídos na dívida consolidada; Precatórios Anteriores a 05.05.2000 e outras).

### 3 Metodologia

O método empregado neste estudo é de caráter indutivo e, de natureza quantitativa com valores em dinheiro (Pereira et al., 2018). Conforme Zanella (2006), o método indutivo, ou indução, caracteriza-se por um processo em que o pensamento segue um percurso que parte de fatos particulares para alcançar fatos universais. Dessa maneira, a generalização ocorre a partir da análise e observação dos dados coletados.

Nessa perspectiva, os dados foram extraídos do Portal de Transparência de Minas Gerais dos anos de 2020 a 2023 (Minas Gerais - Estado, 2024), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI (Brasil, 2024b), incluído o Balanço Anual, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Além disso, foram utilizadas informações do site Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2024c) e do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM (Brasil, 2024d).

Com base nos fundamentos estabelecidos pela Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964), a análise dos Balanços Patrimoniais do estado de Minas Gerais - MG foi referente aos anos de 2020 a 2023. Também foram investigados os demonstrativos consolidados da dívida fluante (Anexo 17) e da dívida fundada (Anexo 16), conforme os critérios estabelecidos pela legislação.

A escolha de Minas Gerais como objeto de estudo justifica-se por ser o segundo estado mais populoso do Brasil, com aproximadamente 20,5 milhões de habitantes, conforme o censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), e por sua relevância econômica no cenário nacional. Além disso, o estado destaca-se pela Transparência Internacional do Brasil (2022), sendo reconhecido como o segundo melhor em Governança Pública no país.

### 4 Resultados e Discussões

#### 4.1 Balanço Patrimonial do ano de 2020

A Tabela 1 apresenta dados do Balanço Patrimonial do ano de 2020 do estado de Minas Gerais - MG, divulgados no Portal de Transparência e no SICONFI (Balanço Anual).

**Tabela 1 – Balanço Patrimonial de 2020 (Portal de Transparência e SICONFI).**

<b>Balanço Patrimonial de 2020 - Portal de Transparência</b>	
Ativo (AC + ANC)	68.232.146.427,35
Ativo (AF + AP)	68.232.146.427,35
Passivo Exigível (PC + PNC)	161.804.254.619,40
Passivo Real (PF + PP)	170.054.226.937,38
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	(não informado)
Passivo Exigível + RPNP (Não informado o RPNP)	161.804.254.619,40
<b>Inconsistência (Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP)</b>	<b>8.249.972.317,98</b>
<b>Balanço Anual (SICONFI)</b>	
Ativo Circulante (AC)	19.755.006.943,35
Ativo Não Circulante (ANC)	48.477.139.484,00
<b>Ativo Total</b>	<b>68.232.146.427,35</b>
Passivo Circulante (PC)	42.968.445.923,73
Passivo Não Circulante (PNC)	118.835.808.695,67
<b>Passivo Exigível</b>	<b>161.804.254.619,40</b>
Ativo Circulante (AC) – Financeiro	15.961.544.519,94
Ativo Não Circulante (ANC) - Permanente	48.477.139.484,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>64.438.684.003,94</b>
Passivo Circulante (PC) – Financeiro	42.968.445.923,73
Passivo Não Circulante (PNC) - Permanente	118.835.808.695,67
<b>Passivo Real</b>	<b>161.804.254.619,40</b>

Legenda: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; AF = Ativo Financeiro; AP = Ativo Permanente; PF = Passivo Financeiro; PP = Passivo Permanente; RP = Restos a Pagar; PL = Patrimônio Líquido; RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária e RGF = Relatório de Gestão Fiscal. Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que o Passivo Exigível apresenta inconsistência em relação ao Passivo Real. O Passivo Exigível é de R\$ 161.804.254.619,40 (cento e sessenta e um bilhões oitocentos e quatro milhões duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e dezenove reais e quarenta centavos), enquanto o Passivo Real foi registrado com R\$ 170.054.226.937,38 (cento e setenta bilhões cinquenta e quatro milhões duzentos e vinte e seis mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos). A diferença de R\$ 8.249.972.317,98 (oito bilhões duzentos e quarenta e nove milhões novecentos e setenta e dois mil trezentos e dezessete reais e noventa e oito centavos) representa uma inconsistência contábil, dado que os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), fundamentais para compor o Passivo Real, não foram informados.

No que se refere ao Ativo Não Circulante Permanente (ANC-Permanente) em comparação com o Ativo Não Circulante (ANC), não foram identificadas inconsistências. Da mesma forma, no Passivo Circulante Financeiro (PC-Financeiro) em comparação com o Passivo Circulante (PC), ambos apresentam o valor de R\$ 42.968.445.923,73 (quarenta e dois bilhões novecentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e três reais e setenta e três centavos) sem indicar divergências.

A Tabela 2 apresenta a situação das despesas de restos a pagar em 31 de dezembro de 2020.



**Tabela 2 – Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Totais de 2020.**

<b>Restos a Pagar Totais de 2020</b>	
RP Processados (BP 2020 - Portal de Transparência)	(não informado)
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	8.249.972.317,98
RP Processados - Anexo 14 do RREO	38.825.547.703,62
RP Não Processados - Anexo 14 do RREO	8.272.662.008,02
<b>Total do RP - Anexo 14 do RREO</b>	<b>47.098.209.711,64</b>
RP Não Processado - Anexo 02 do RGF	7.471.853.510,93
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Processados	20.822.249.230,49
Balanço Orçamentário - RP Não Processados	5.759.786.546,98
<b>Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais</b>	<b>26.582.035.777,47</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
RP Processados (BP - Portal de Transparência)	(não informado)
RP Processados (Anexo 14 do RREO)	38.825.547.703,62
<b>Valor inconsistente</b>	<b>38.825.547.703,62</b>
Total do RP (Restos a Pagar) - Anexo 14 do RREO	47.098.209.711,64
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais	26.582.035.777,47
<b>Valor inconsistente</b>	<b>20.516.173.934,17</b>

Legenda: RP = Restos a Pagar; RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária e RGF = Relatório de Gestão Fiscal.

Fonte: *dados da pesquisa*.

A Tabela 2 apresentada revela inconsistências nos valores de restos a pagar processados e não processados, conforme as fontes do Portal de Transparência, RREO e RGF. O Portal de Transparência não informa os RP processados, enquanto o Anexo 14 do RREO aponta um total de R\$ 38.825.547.703,62 (trinta e oito bilhões oitocentos e vinte e cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil setecentos e três reais e sessenta e dois centavos) para RP Processados. Já o Balanço Orçamentário apresenta os valores de R\$ 20.822.249.230,49 (vinte bilhões oitocentos e vinte e dois milhões duzentos e quarenta e nove mil duzentos e trinta reais e quarenta e nove centavos) para RP Processados e R\$ 5.759.786.546,98 (cinco bilhões setecentos e cinquenta e nove milhões setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) para Restos a Pagar Não processados (RPNP).

A ausência de informações sobre os restos a pagar não processados no Portal de Transparência limita a análise da dívida flutuante e a avaliação do passivo exigível.

A Tabela 3 apresenta o endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2020 do estado de Minas Gerais.

**Tabela 3 – Endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2020.**

<b>Endividamento/Exigibilidades (31.12.2020)</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	51.186.712.811,73
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	109.119.307.272,12
RP Não Processados	5.759.786.546,98
<b>Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)</b>	<b>166.065.806.630,83</b>
Dívida consolidada - DC (Visão Integrada)	140.881.088.370,68
Valores não integrantes da DC (Visão integrada):	
RP Não Processados	7.471.853.510,93
<b>Total das Dívidas (Visão Integrada)</b>	<b>148.352.941.881,61</b>

Anexo 02 do RGF - Dívida Consolidada (DC)	140.881.088.370,68
SADIPEM - Dívida Consolidada (DC)	140.881.088.370,68
SADIPEM - Valores não integrantes da DC:	
RP Não Processados	7.471.853.510,93
<b>SADIPEM - total das dívidas</b>	<b>148.352.941.881,61</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	109.119.307.272,12
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada/SADIPEM/RGF)	140.881.088.370,68
<b>Valor inconsistente</b>	<b>31.761.781.098,56</b>
SADIPEM - total das dívidas	148.352.941.881,61
Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)	166.065.806.630,83
<b>Valor inconsistente</b>	<b>17.712.864.749,22</b>
<b>Total das Exigibilidades de 2020</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	51.186.712.811,73
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	140.881.088.370,68
Total das Dívidas não integrantes da DC (Visão)	148.352.941.881,61
<b>Total das Exigibilidades de 2020</b>	<b>340.420.743.064,02</b>

Legenda: SADIPEM = Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios;  
Visão = Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Fonte: *Dados da pesquisa*.

Observam-se na Tabela 3, inconsistências entre os valores reportados nos diferentes demonstrativos utilizados como fonte, como o Anexo 16 e 17 da Lei nº 4.320/1964, a Visão Integrada e o SADIPEM.

Constata-se, portanto, que houve uma diferença de R\$ 31.761.781.098,56 (trinta e um bilhões setecentos e sessenta e um milhões setecentos e oitenta e um mil e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos) relacionados à Dívida Consolidada do Anexo 16 da Lei nº 4.320/1964 e Visão Integrada/SADIPEM/RGF, conforme registrado na Tabela 3. Outra inconsistência é referente o total das dívidas entre SADIPEM e Anexos – Lei 4.320/64, com diferença de R\$ 17.712.864.749,22 (dezesete bilhões setecentos e doze milhões oitocentos e sessenta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Conclui-se que o ano de 2020 apresenta divergências nos demonstrativos, com indicativo de inconsistências na apuração dos valores da dívida.

#### 4.2 Balanço Patrimonial do ano de 2021

A Tabela 4 apresenta dados do Balanço Patrimonial do ano de 2021 do estado de Minas Gerais - MG, divulgados no Portal de Transparência e no SICONFI (Balanço Anual).

**Tabela 4 – Balanço Patrimonial de 2021 (Portal de Transparência e SICONFI).**

<b>Balanço Patrimonial de 2021 - Portal de Transparência</b>	
Ativo (AC + ANC)	84.224.412.483,24
Ativo (AF + AP)	84.224.412.483,24
Passivo Exigível (PC + PNC)	173.648.968.905,81
Passivo Real (PF + PP)	184.352.872.912,35
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	(não informado)
Passivo Exigível + RPNP (Não informado o RPNP)	173.648.968.905,81



<b>Inconsistência (Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP)</b>	<b>10.703.904.006,54</b>
<b>Balanco Anual (SICONFI)</b>	
Ativo Circulante (AC)	79.295.443.400,63
Ativo Não Circulante (ANC)	52.634.704.057,24
<b>Ativo Total</b>	<b>131.930.147.457,87</b>
Passivo Circulante (PC)	98.953.914.992,09
Passivo Não Circulante (PNC)	122.400.788.888,35
<b>Passivo Exigível</b>	<b>221.354.703.880,44</b>
Ativo Circulante (AC) – Financeiro	74.765.365.826,54
Ativo Não Circulante (ANC) – Permanente	52.634.704.057,24
<b>Total do Ativo</b>	<b>127.400.069.883,78</b>
Passivo Circulante (PC) – Financeiro	98.669.331.306,65
Passivo Não Circulante (PNC) – Permanente	122.400.788.888,35
<b>Passivo Real</b>	<b>221.070.120.195,00</b>
<b>Inconsistência</b>	
PC - Financeiro > PC	284.583.685,44

Legenda: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; AF = Ativo Financeiro; AP = Ativo Permanente; PF = Passivo Financeiro; PP = Passivo Permanente; RP = Restos a Pagar; PL = Patrimônio Líquido; RREO = Relatório Resumido de Execução Orçamentária; RGF = Relatório de Gestão Fiscal > = maior. Fonte: *Dados da pesquisa*.

Nota-se que na Tabela 4, diferente da Tabela 1 do ano de 2020, revela uma inconsistência de R\$ 47.705.734.974,63 (quarenta e sete bilhões setecentos e cinco milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos) entre os valores do Ativo Total reportados no Portal da Transparência com R\$ 84.224.412.483,24 (oitenta e quatro bilhões duzentos e vinte e quatro milhões quatrocentos e doze mil quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) e no SICONFI com R\$ 131.930.147.457,87 (cento e trinta e um bilhões novecentos e trinta milhões cento e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

As divergências no Passivo Exigível ocorreram devido às informações registradas no Portal de Transparência, que indicam o valor de R\$ 173.648.968.905,81 (cento e setenta e três bilhões seiscentos e quarenta e oito milhões novecentos e sessenta e oito mil novecentos e cinco reais e oitenta e um centavos), enquanto no SICONFI, o Passivo Exigível foi reportado com o valor de R\$ 221.354.703.880,44 (duzentos e vinte e um bilhões trezentos e cinquenta e quatro milhões setecentos e três mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos), com inconsistência de R\$ 47.705.734.974,63 (quarenta e sete bilhões setecentos e cinco milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Observam-se também inconsistências nos RPNP, uma vez que o Portal de Transparência não apresenta esses valores. Outra inconsistência se refere ao Passivo Circulante (PC) - Financeiro que não pode ser superior ao Passivo Circulante (PC). Isso ocorre porque o PC é uma conta sintética que agrega todas as contas analíticas subordinadas a ele. Se o saldo de uma dessas contas analíticas, como o Permanente e Financeiro, for maior que o total do PC, isso representa uma inconsistência contábil, haja vista que PC é a soma consolidada de todas essas contas. Essa situação indica erros de registro ou apuração (PC - Financeiro > PC - R\$ 284.583.685,44).

A Tabela 5 apresenta a situação das despesas de restos a pagar em 31 de dezembro de 2021.

**Tabela 5** – Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Totais de 2021.

<b>Restos a Pagar Totais de 2021</b>	
RP Processados (BP 2021 - Portal de Transparência)	(não informado)
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	10.703.904.006,54
RP Processados - Anexo 14 do RREO	31.114.265.406,26
RP Não Processados - Anexo 14 do RREO	4.968.883.281,27
<b>Total do RP - Anexo 14 do RREO</b>	<b>36.083.148.687,53</b>
RP Não Processado - Anexo 02 do RGF	10.563.667.144,72
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Processados	31.114.265.406,26
Balanço Orçamentário - RP Não Processados	4.968.883.281,27
<b>Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais</b>	<b>36.083.148.687,53</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
RP Processados (BP - Portal de Transparência)	(não informado)
RP Processados (Anexo 14 do RREO)	31.114.265.406,26
<b>Valor inconsistente</b>	<b>31.114.265.406,26</b>
Total do RP (Restos a Pagar) - Anexo 14 do RREO	36.083.148.687,53
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais	36.083.148.687,53
<b>Valor inconsistente</b>	<b>0,00</b>

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Na Tabela 5, evidencia-se que o Portal de Transparência não informou os valores de RP Processados do ano de 2021. As divergências entre o Anexo 14 do RREO e o Portal de Transparência estão descritas da seguinte forma: o Anexo 14 do RREO reporta R\$ 31.114.265.406,26 (trinta e um bilhões cento e quatorze milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e seis reais e vinte e seis centavos) como RP Processados e R\$ 4.968.883.281,27 (quatro bilhões novecentos e sessenta e oito milhões oitocentos e oitenta e três mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos) como RP Não Processados, com valor total de R\$ 36.083.148.687,53 (trinta e seis bilhões oitenta e três milhões cento e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), enquanto o Portal de Transparência não apresenta informações sobre RP Processados, limitando-se a fornecer um valor agregado para a Dívida Flutuante de R\$ 10.703.904.006,54 (dez bilhões setecentos e três milhões novecentos e quatro mil e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

A divergência de R\$ 31.114.265.406,26 (trinta e um bilhões cento e quatorze milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e seis reais e vinte e seis centavos) entre os RP Processados do Anexo 14 e a ausência de dados correspondentes no Portal de Transparência ratifica-se uma falha na transparência e integração dos dados. Apesar das divergências, há consonância entre o RREO e o Balanço Orçamentário, pois ambos apresentam o mesmo valor total de Restos a Pagar: R\$ 36.083.148.687,53 (trinta e seis bilhões oitenta e três milhões cento e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Referente o Anexo 02 do RGF em relação ao RREO, observa-se a divergência nos valores dos RP Não Processados da seguinte forma: o Anexo 02 do RGF relata o valor de R\$ 10.563.667.144,72 (dez bilhões quinhentos e sessenta e três milhões seiscentos e sessenta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) como RP Não Processados, enquanto o RREO menciona R\$ 4.968.883.281,27 (quatro bilhões novecentos e sessenta e oito milhões oitocentos e oitenta e três mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos) para o mesmo item. A diferença entre os valores é de R\$ 5.594.783.863,45 (cinco bilhões quinhentos e noventa e quatro milhões setecentos e oitenta e três mil oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos). A omissão de dados sobre RP Processados no Portal de Transparência gera assimetria informacional.

A Tabela 6 apresenta o endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2021 do estado de Minas Gerais.

**Tabela 6 – Endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2021**

<b>Endividamento/Exigibilidades (31.12.2021)</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	62.943.495.852,72
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	106.576.844.152,27
RP Não Processados	5.759.786.546,98
<b>Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)</b>	<b>175.280.126.551,97</b>
Dívida consolidada - DC (Visão Integrada)	154.382.029.849,59
Valores não integrantes da DC (Visão integrada):	
RP Não Processados	10.563.667.144,72
<b>Total das Dívidas (Visão Integrada)</b>	<b>164.945.696.994,31</b>
Anexo 02 do RGF - Dívida Consolidada (DC)	154.382.029.849,59
SADIPEM - Dívida Consolidada (DC)	154.382.029.849,59
SADIPEM - Valores não integrantes da DC:	
RP Não Processados	10.563.667.144,72
<b>SADIPEM - total das dívidas</b>	<b>164.945.696.994,31</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	106.576.844.152,27
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada/SADIPEM/RGF)	154.382.029.849,59
<b>Valor inconsistente</b>	<b>47.805.185.697,32</b>
SADIPEM - total das dívidas	164.945.696.994,31
Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)	175.280.126.551,97
<b>Valor inconsistente</b>	<b>10.334.429.557,66</b>
<b>Total das Exigibilidades de 2021</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	62.943.495.852,72
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	154.382.029.849,59
Total das Dívidas não integrantes da DC (Visão)	164.945.696.994,31
<b>Total das Exigibilidades de 2021</b>	<b>382.271.222.696,62</b>

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Verifica-se divergência nos valores da Dívida Consolidada (DC), conforme apresentado no Anexo 16 da Lei 4.320/1964, que registra o valor de R\$ 106.576.844.152,27 (cento e seis bilhões quinhentos e setenta e seis milhões oitocentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), enquanto a Visão Integrada, RGF e SADIPEM indicam R\$ 154.382.029.849,59 (cento e cinquenta e quatro bilhões trezentos e oitenta e dois milhões vinte e nove mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Além disso, identifica-se divergência nos totais de dívidas no Anexo da Lei 4.320/1964, que registra o valor de R\$ 175.280.126.551,97 (cento e setenta e cinco bilhões duzentos e oitenta milhões cento e vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), e no SADIPEM, com o valor de R\$ 164.945.696.994,31 (cento e sessenta e quatro bilhões novecentos e quarenta e cinco milhões seiscentos e noventa e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos), o que resultou em uma diferença de R\$ 10.334.429.557,66 (dez bilhões trezentos e trinta e quatro milhões quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Por outro lado, observa-se convergência nos valores da Visão Integrada e do SADIPEM, com o total das dívidas informado de R\$ 164.945.696.994,31 (cento e sessenta e quatro bilhões noventa e quatro e cinco milhões seiscentos e noventa e seis mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

Em relação às inconsistências nos valores de RPNP, o Anexo 17 da Lei 4.320/1964 reportou o valor de R\$ 5.759.786.546,98 (cinco bilhões setecentos e cinquenta e nove milhões setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

A Visão Integrada e o SADIPEM reportaram o valor de R\$ 10.563.667.144,72 (dez bilhões quinhentos e sessenta e três milhões seiscentos e sessenta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para os RPNP, com uma diferença de R\$ 4.803.880.597,74 (quatro bilhões oitocentos e três milhões oitocentos e oitenta mil quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos).

#### 4.3 Balanço Patrimonial do ano de 2022

A Tabela 7 apresenta dados do Balanço Patrimonial do ano de 2022 do estado de Minas Gerais - MG, divulgados no Portal de Transparência e no SICONFI (Balanço Anual).

**Tabela 7 – Balanço Patrimonial de 2022 (Portal de Transparência e SICONFI).**

<b>Balanço Patrimonial de 2022 - Portal de Transparência</b>	
Ativo (AC + ANC)	88.039.908.798,84
Ativo (AF + AP)	88.039.908.798,84
Passivo Exigível (PC + PNC)	174.901.871.681,15
Passivo Real (PF + PP)	185.456.292.948,87
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	(não informado)
Passivo Exigível + RPNP	174.901.871.681,15
<b>Inconsistência (Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP)</b>	<b>10.554.421.267,72</b>
<b>Balanço Anual (SICONFI)</b>	
Ativo Circulante (AC)	33.272.859.860,46
Ativo Não Circulante (ANC)	56.107.960.692,59
<b>Ativo Total</b>	<b>89.380.820.553,05</b>
Passivo Circulante (PC)	15.036.016.930,23
Passivo Não Circulante (PNC)	161.206.766.505,13
<b>Passivo Exigível</b>	<b>176.242.783.435,36</b>
Ativo Circulante (AC) – Financeiro	30.056.942.985,42
Ativo Não Circulante (ANC) – Permanente	59.323.877.567,63
<b>Total do Ativo</b>	<b>89.380.820.553,05</b>
Passivo Circulante (PC) – Financeiro	25.553.275.242,40
Passivo Não Circulante (PNC) – Permanente	161.243.929.460,68
<b>Passivo Real</b>	<b>186.797.204.703,08</b>
<b>(a) Detalhamento do Passivo Circulante (PC) – Financeiro</b>	
Passivo Circulante – Financeiro	14.998.853.974,68
Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a Liquidar	5.163.580.056,87
Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a Liquidar no exercício	5.390.841.210,85
<b>Total do Passivo Circulante – Financeiro</b>	<b>25.553.275.242,40</b>
<b>Inconsistências</b>	
ANC - Permanente > ANC	3.215.916.875,04

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, na Tabela 7, os valores do Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP encontram-se com uma inconsistência contábil de R\$ 10.554.421.267,72 (dez bilhões quinhentos e cinquenta e quatro milhões quatrocentos e vinte e um mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), ou seja, mais de 10 (dez) bilhões.

É importante ressaltar que esse valor está ausente referente aos Restos a pagar no Balanço Patrimonial, visto que as contas da classe 6 (seis), no plano de contas do setor público (PCASP), correspondem às contas de controle, que são utilizadas para registrar informações extra contábeis ou de controle interno, como garantias, contratos e responsabilidades. Por serem contas de controle, não impactam diretamente o Balanço Patrimonial, pois este é composto apenas por contas patrimoniais (classes 1, 2, 3 e 4). No entanto, as informações da classe 6 (seis) podem ser apresentadas em relatórios auxiliares ou notas explicativas, pois são importantes para a análise completa da situação financeira e patrimonial.

O Ativo Não Circulante (ANC) - Permanente não pode ser superior ao Ativo Não Circulante (ANC). Isso ocorre porque o ANC é uma conta sintética que agrega todas as contas analíticas subordinadas a ele. Se o saldo de uma dessas contas analíticas, como o Permanente e Financeiro, for maior que o total do ANC, isso representa uma inconsistência contábil, já que o ANC é a soma consolidada de todas essas contas. Essa situação indica erros de registro ou apuração (ANC - Permanente > ANC – R\$ 3.215.916.875,04).

A Tabela 8 apresenta a situação das despesas de restos a pagar em 31 de dezembro de 2022.

**Tabela 8 – Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Totais de 2022.**

<b>Restos a Pagar (RP) Totais de 2022</b>	
RP Processados (BP 2022 - Portal de Transparência)	(não informado)
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	10.554.421.267,72
RP Processados - Anexo 14 do RREO	12.207.034.383,80
RP Não Processados - Anexo 14 do RREO	10.650.993.530,89
<b>Total do RP - Anexo 14 do RREO</b>	<b>22.858.027.914,69</b>
RP Não Processados - Anexo 02 do RGF	10.442.259.571,14
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Processados (Transp.)	2.514.876.145,49
Balanço Orçamentário - RP Não Processados (Portal Transp.)	3.725.543.201,69
<b>Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais (Transp.)</b>	<b>6.240.419.347,18</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
RP Processados (BP - Portal de Transparência)	(não informado)
RP Processados (Anexo 14 do RREO)	12.207.034.383,80
<b>Valor inconsistente</b>	<b>12.207.034.383,80</b>
Total do RP - Anexo 14 do RREO	22.858.027.914,69
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais	6.240.419.347,18
<b>Valor inconsistente</b>	<b>16.617.608.567,51</b>

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Na Tabela 8, observa-se, inicialmente, a inexistência dos RP Processados (BP 2022 - Portal de Transparência). Notam-se, também, inconsistências contábeis dos valores dos Restos a Pagar Processados divulgados no Anexo 14 do RREO (SINCOFI) com a ausência do valor no Balanço Patrimonial (Portal da Transparência). Além disso, inconsistências no valor total de Restos a pagar em R\$ 16.617.608.567,51 (dezesesseis bilhões seiscentos e dezessete milhões seiscentos e oito mil quinhentos e sessenta

e sete reais e cinquenta e um centavos), entre Anexo 14 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Balanço Orçamentário (Portal da Transparência).

A Tabela 9 apresenta o endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2022 do estado de Minas Gerais.

**Tabela 9 – Endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2022.**

<b>Endividamento/Exigibilidades (31.12.2022)</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	25.560.495.018,74
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	147.141.198.917,58
<b>Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)</b>	<b>172.701.693.936,32</b>
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	159.271.134.912,80
Valores não integrantes da DC (Visão integrada):	
RP Não Processados	10.442.259.571,14
<b>Total das Dívidas (Visão Integrada)</b>	<b>169.713.394.483,94</b>
Anexo 02 do RGF - Dívida Consolidada (DC)	159.271.134.912,80
SADIPEM - Dívida Consolidada (DC)	159.271.134.912,80
SADIPEM - Valores não integrantes da DC:	
RP Não Processados	10.442.259.571,14
<b>SADIPEM - total das dívidas</b>	<b>169.713.394.483,94</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	147.141.198.917,58
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada/SADIPEM/RGF)	159.271.134.912,80
<b>Valor inconsistente</b>	<b>12.129.935.995,22</b>
SADIPEM - total das dívidas	169.713.394.483,94
Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)	172.701.693.936,32
<b>Valor inconsistente</b>	<b>2.988.299.452,38</b>
<b>Total das Exigibilidades de 2022</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	25.560.495.018,74
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	159.271.134.912,80
Total das Dívidas não integrantes da DC (Visão)	10.442.259.571,14
<b>Total das Exigibilidades de 2022</b>	<b>195.273.889.502,68</b>

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Observa-se na Tabela 9 que os valores da Dívida Consolidada divulgados pelo Anexo 16 da Lei 4.320/1964, exposta no *site* da Secretaria de Estado da Fazenda – Balanço Geral 2022, discorda dos valores divulgados nos sites da Visão Integrada, SADIPEM e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em R\$ 12.129.935.995,22 (doze bilhões cento e vinte e nove milhões novecentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos) e ainda que o Total das Dívidas no SADIPEM e Anexos - Lei 4320/1964 estão com um valor inconsistente de R\$ 2.988.299.452,38 (dois bilhões novecentos e oitenta e oito milhões duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos).

Ratifica-se que os valores da Dívida Consolidada nos sites da Visão Integrada, SADIPEM e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são exatamente iguais, R\$ 159.271.134.912,80 (cento e cinquenta e nove bilhões duzentos e setenta e um milhões cento e trinta e quatro mil novecentos e doze reais e oitenta centavos). Além disso, há igualdade também dos Restos a pagar não processados no SADIPEM e Visão Integrada.



#### 4.4 Balanço Patrimonial do ano de 2023

A Tabela 10 apresenta dados do Balanço Patrimonial do ano de 2023 do estado de Minas Gerais - MG, divulgados no Portal de Transparência e no SICONFI (Balanço Anual).

**Tabela 10** – Balanço Patrimonial de 2023 (Portal de Transparência e SICONFI).

<b>Balanço Patrimonial de 2023 - Portal de Transparência</b>	
Ativo (AC + ANC)	93.891.031.922,02
Ativo (AF + AP)	93.891.031.922,02
Passivo Exigível (PC + PNC)	488.149.514.588,28
Passivo Real (PF + PP)	497.004.159.041,26
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	(não informado)
Passivo Exigível + RPNP	488.149.514.588,28
<b>Inconsistência (Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP)</b>	<b>8.854.644.452,98</b>
<b>Balanço Anual (SICONFI)</b>	
Ativo Circulante (AC)	36.023.228.430,17
Ativo Não Circulante (ANC)	59.120.509.608,02
<b>Ativo Total</b>	<b>95.143.738.038,19</b>
Passivo Circulante (PC)	14.195.422.824,42
Passivo Não Circulante (PNC)	475.206.797.880,03
<b>Passivo Exigível</b>	<b>489.402.220.704,45</b>
Ativo Circulante (AC) – Financeiro	32.095.611.797,65
Ativo Não Circulante (ANC) – Permanente	63.048.126.240,54
<b>Total do Ativo</b>	<b>95.143.738.038,19</b>
Passivo Circulante (PC) – Financeiro	23.324.127.923,74
Passivo Não Circulante (PNC) – Permanente	474.932.737.233,69
<b>Passivo Real</b>	<b>498.256.865.157,43</b>
<b>Detalhamento do Passivo Circulante (PC) – Financeiro</b>	
Passivo Circulante e Não Circulante - Financeiro	14.469.483.470,76
Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a Liquidar	3.301.235.541,00
Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a Liquidar no exercício	5.553.408.911,98
<b>Total do Passivo Circulante - Financeiro</b>	<b>23.324.127.923,74</b>
<b>Inconsistências</b>	
ANC - Permanente > ANC	3.927.616.632,52
PC - Financeiro > PC	9.128.705.099,32

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Constata-se que, na Tabela 10, os valores do Passivo Real e Passivo Exigível + RPNP encontram-se com uma inconsistência contábil de R\$ 8.854.644.452,98 (oito bilhões oitocentos e cinquenta e quatro milhões seiscentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), ou seja, mais de 8 (oito) bilhões.

Ratifica-se, também, que existem duas outras inconsistências: o ANC – Permanente maior que o ANC, assim como o PC - Financeiro maior que PC. O Ativo Não Circulante (ANC) - Permanente não pode ser superior ao Ativo Não Circulante (ANC), assim como o Passivo Circulante (PC) - Financeiro não pode ser superior ao Passivo Circulante (PC). Isso ocorre porque o ANC é uma conta sintética que agrega todas as contas analíticas subordinadas a ele. Se o saldo de uma dessas contas

analíticas, como o Permanente e Financeiro, for maior que o total do ANC e PC, isso representa uma inconsistência contábil, já que o ANC e PC é a soma consolidada de todas essas contas. Essa situação indica erros de registro ou apuração.

A Tabela 11 apresenta a situação das despesas de restos a pagar em 31 de dezembro de 2023.

**Tabela 11** – Restos a Pagar Não Processados (RPNP) e Restos a Pagar Totais de 2023.

RP Processados (BP 2023 - Portal de Transparência)	(não informado)
Dívida Flutuante (Restos a Pagar)	22.989.234.279,03
RP Processados - Anexo 14 do RREO	6.067.655.409,36
RP Não Processados - Anexo 14 do RREO	3.340.504.717,35
<b>Total do RP - Anexo 14 do RREO</b>	<b>9.408.160.126,71</b>
RP Não Processados - Anexo 02 do RGF	8.908.915.058,10
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Processados (Portal Transp.)	6.067.655.409,36
Balanço Orçamentário - RP Não Processados (Portal Transp.)	3.340.504.717,35
<b>Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais (Portal Transp.)</b>	<b>9.408.160.126,71</b>
<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
RP Processados (BP - Portal de Transparência)	(não informado)
RP Processados (Anexo 14 do RREO)	6.067.655.409,36
<b>Valor inconsistente</b>	<b>6.067.655.409,36</b>
Total do RP - Anexo 14 do RREO	9.408.160.126,71
Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Totais	9.408.160.126,71

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Na Tabela 11, observa-se, inicialmente, a inexistência dos RP Processados (BP 2023 - Portal de Transparência). Notam-se, também, inconsistências contábeis dos valores dos Restos a Pagar Processados divulgados no Anexo 14 do RREO (SINCOFI) com a ausência do valor no Balanço Patrimonial (Portal da Transparência).

A Tabela 12 apresenta o endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2023 do estado de Minas Gerais.

**Tabela 12** – Endividamento/exigibilidades em 31 de dezembro de 2023.

<b>Endividamento/Exigibilidades (31.12.2023)</b>	<b>Valores</b>
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	22.989.234.279,03
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	161.779.686.184,61
<b>Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)</b>	<b>184.768.920.463,64</b>
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	174.037.373.999,88
Valores não integrantes da DC (Visão integrada):	309.320.668.103,27
Passivo Atuarial	300.411.753.045,17
RP Não Processados	8.908.915.058,10
<b>Total das Dívidas (Visão Integrada)</b>	<b>483.358.042.103,15</b>
Anexo 02 do RGF - Dívida Consolidada (DC)	174.037.373.999,88
SADIPEM - Dívida Consolidada (DC)	174.037.373.999,88
SADIPEM - Valores não integrantes da DC:	309.320.668.103,27
Passivo Atuarial	300.411.753.045,17
RP Não Processados	8.908.915.058,10
<b>SADIPEM - total das dívidas</b>	<b>483.358.042.103,15</b>

<b>Inconsistência contábil entre os demonstrativos</b>	
Dívida Consolidada - DC (Anexo 16 - Lei 4320/1964)	161.779.686.184,61
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada/SADIPEM/RGF)	174.037.373.999,88
<b>Valor inconsistente</b>	<b>12.257.687.815,27</b>
SADIPEM - total das dívidas	483.358.042.103,15
Total das Dívidas (anexos - Lei 4320/1964)	184.768.920.463,64
<b>Valor inconsistente</b>	<b>298.589.121.639,51</b>
<b>Total das Exigibilidades de 2023</b>	
Dívida Flutuante - DF (Anexo 17 - Lei 4320/1964)	22.989.234.279,03
Dívida Consolidada - DC (Visão Integrada)	174.037.373.999,88
Total das Dívidas não integrantes da DC (Visão Integrada)	309.320.668.103,27
<b>Total das Exigibilidades de 2023</b>	<b>506.347.276.382,18</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 12 que os valores da Dívida Consolidada divulgados pelo Anexo 16 da Lei 4.320/1964, exposta no *site* da Secretaria de Estado da Fazenda – Balanço Geral 2023, é diferente dos valores divulgados nos sites da Visão Integrada, SADIPEM e ainda do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em R\$ 12.257.687.815,27 (doze bilhões duzentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e quinze reais e vinte e sete centavos) e ainda que o Total das Dívidas no SADIPEM e Anexos - Lei 4320/1964 estão com um valor inconsistente de R\$ 298.589.121.639,51 (duzentos e noventa e oito bilhões quinhentos e oitenta e nove milhões cento e vinte e um mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Os achados desta investigação são convalidados com as pesquisas de Silva (2023), Silva e Oliveira (2023) e Silva *et al.* (2025) que encontraram inconsistências ao analisarem os Balanços Patrimoniais da cidade de São Paulo (SP), Governo Federal e do município de Natal (RN), respectivamente.

Conclui-se com base na Teoria da Divulgação (*Theory of Disclosure*) que em todos esses anos analisados, existem inconsistências e, com isso, as informações contábeis divulgadas não representam a situação patrimonial real dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 do estado de Minas Gerais.

## 5 Considerações Finais

O processo de elaboração e divulgação dos Balanços Patrimoniais das entidades públicas tem como objetivo assegurar a transparência e a prestação de contas à sociedade. No entanto, em muitos casos, a divulgação dessas informações não segue de maneira íntegra, resultando em inconsistências que comprometem a confiança dos cidadãos nas informações financeiras prestadas pelos entes públicos.

A Teoria da Divulgação, que fundamenta este estudo, destaca a importância de um processo transparente e acessível de comunicação das informações financeiras e com isso, proporcionou a análise e embasamento teórico sobre as inconsistências nos dados contábeis.

Sendo assim, este estudo tem o objetivo de analisar se existem inconsistências contábeis no Balanço Patrimonial do Estado de Minas Gerais - MG, nos exercícios financeiros de 2020, 2021, 2022 e 2023, com base na Teoria da Divulgação.

Constatou-se a presença de inconsistências nos Balanços Patrimoniais que incluíram divergências entre os valores do Passivo Exigível e Passivo Real, ausência de informações sobre Restos a Pagar Processados no Portal de Transparência, e diferenças nos valores da Dívida Consolidada. As inconsistências no Passivo Exigível foram ainda mais evidenciadas pela diferença entre os valores registrados no Portal de Transparência e no SICONFI.

Outras inconsistências encontradas incluem a ausência de informações sobre os valores de RPNP no Portal de Transparência, ao passo que o SICONFI reportou os dados detalhados, resultando em uma inconsistência entre o Passivo Exigível e o Passivo Real. Também se encontrou divergências no registro do Ativo Total, que apresentou diferença entre os dados fornecidos pelo Portal de Transparência e o SICONFI. Por fim, foi observada uma inconsistência nos valores de Restos a Pagar Processados entre o Anexo do RREO e o Portal de Transparência, além de outras divergências nos valores de RPNP e dívidas internas e externas.

Salienta-se que este estudo é limitado pela dependência dos dados disponibilizados pelas plataformas e sistemas de transparência pública. A confiabilidade das conclusões apresentadas depende diretamente da precisão e da completude das informações divulgadas por esses sistemas.

Além disso, a contribuição deste estudo está na identificação de inconsistências que afetam a confiabilidade dos Balanços Patrimoniais do Estado de Minas Gerais posto que os achados apontem para a necessidade de uma revisão nos processos de registro e divulgação das informações contábeis, com vistas a garantir a correta prestação de contas pública. Para estudos futuros, recomendam-se as análises dos Balanços Patrimoniais de outros estados, bem como dos municípios e da União.

Finalizando, observa-se que o problema de pesquisa foi solucionado. Foram evidenciadas as seguintes inconsistências contábeis nos Balanços Patrimoniais dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 do Estado de Minas Gerais: inconsistências entre valores do Passivo Real e Passivo Exigível mais Restos a pagar não processados (RPNP), com a ocultação da informação de RPNP; divergência no SICONFI entre os valores do Passivo Exigível com o Passivo Real, com a exclusão dos RPNP do passivo circulante; valores inconsistentes das dívidas, o que provoca divergências na apuração dos saldos contábeis. Houve também divergências de valores de itens que compõem o Balanço Patrimonial divulgados nos sítios eletrônicos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e Portal de Transparência de Minas Gerais.

Conclui-se, portanto, que os valores registrados nos Balanços Patrimoniais dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 do Estado de Minas Gerais, com base na Teoria da Divulgação não representam a situação patrimonial da entidade nos anos analisados.

## Referências

- Brasil (1964). *Lei nº 4.320, de 17 de março*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar.
- Brasil (1976). *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez.
- Brasil (2000). *Lei complementar nº 101, de 4 de maio*. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio.
- Brasil (2020). Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Instruções de Procedimentos Contábeis. *IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial*. Janeiro. <https://www.gov.br/tesourownacional/pt-br/contabilidade-ecustos/federacao/instrucoes-de-pronunciamentos-contabeis-ipc5>
- Brasil (2023). Secretaria do Tesouro Nacional - STN. *Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)* – (14ª Ed. 07 de julho).
- Brasil (2024a). Secretaria do Tesouro Nacional - STN. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)* – (11ª Ed. 18 de dezembro).
- Brasil (2024b). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI*. <https://siconfi.tesouro.gov.br>
- Brasil (2024c). *Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*. <https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/visao-integrada-das-dividas-da-uniao-dos-estados-do-distrito-federal-e-dos-municipios>
- Brasil (2024d). *Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM*. <https://www.tesourotransparente.gov.br>
- Cabello, O. G., Bilancieri, M. V., & Azevedo, R. R. (2019). Conformidade Inicial das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no Brasil. *RMC - Revista Mineira de Contabilidade*, ISSN 2446-9114, Belo Horizonte, 20(3), art. 1, p. 5-17, setembro/dezembro.
- Cruz, C. V. O. A., & Lima, G. A. S. F. (2010). Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 6(1), 85–101.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). Cidades e Estados. Minas Gerais. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>

Minas Gerais – Estado (2024). *Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais*. Balanço Geral dos anos de 2020 a 2023. <https://www.transparencia.mg.gov.br>

Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Editora UAB/NTE/UFSC.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a Teoria da Divulgação, *BBR - Brazilian Business Review*, 2(1), enero-junio, pp. 53-70, FUCAPE Business School, Vitória, Brasil.

Silva, M. C., & Oliveira, E. J. (2023). Balanço patrimonial (2021/2022) do Governo Federal: análises com suporte da teoria da divulgação. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(10), 17103-17124. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2822>

Silva, M. C., & Oliveira, E. J. (2024). Demonstrações contábeis públicas: o que analisar? *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 15(3), 01-20. <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i3.3605>

Silva, M. C. (2023). Demonstração de fluxo de caixa do Estado de São Paulo: análises com suporte da Teoria da Divulgação. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, 14(9), 15838-15857. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2726>

Silva, M. C., Oliveira, E. J., Celestino, M. S., & Holanda, V. B. (2025). Balanço Patrimonial Público: qual a estrutura adequada? *International Journal of Scientific Management and Tourism*, Curitiba, 11(1), 01-19. <https://doi.org/10.55905/ijsmtv11n1-013>

Silva, G. C. M., Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Vieira, L. M. E. R. (2025). Análises do Balanço Patrimonial (2021/2022/2023) da cidade de Natal – RN com suporte da Teoria da Divulgação. *Revista DELOS*, 18(63), e3508. <http://doi.org/10.55905/rdelosv18.n63-028>

Silva, M. C. (2023). Análises do balanço patrimonial da cidade de São Paulo (2021-2022) com suporte da teoria da divulgação. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(8), 13181- 13201. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2481>

Silva, M. C., Oliveira, E. J., & Celestino, M. S. (2023). Ensaio teórico sobre a teoria da divulgação aplicada ao setor público brasileiro. *GeSec - Revista de Gestão e Secretariado*, 14(10), 2023, p. 18889-18906. <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i10.2921>

Souza, M. P., Campos, D. S., & Carrero, S. F. (2024). Transparência e prestação de contas na gestão pública: o papel da contabilidade na fiscalização e eficiência dos gastos governamentais. *IOSR Journal of Business and Management*, 26(11), 56–65, nov.

Transparência Internacional Brasil (2022). *Índice de Transparência e Governança Pública*. <https://transparenciainternacional.org.br/itgp>

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 179-194.

Verrecchia, R. E. (1990). Information Quality and Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 12, 365-380.

Zanella, L. C. H. (2006). *Metodologia da pesquisa*. SEAD/UFSC.